



Revista Brasileira de História
ISSN: 0102-0188
rbh@edu.usp.br
Associação Nacional de História
Brasil

Almeida, Silvia Capanema P. de
Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma
revolta centenária
Revista Brasileira de História, vol. 31, núm. 61, junio, 2011, pp. 61-84
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26319123004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária

From Seaman João Cândido to the Black Admiral: memorial conflicts in the construction of the hero of a centenary revolt

Silvia Capanema P. de Almeida*

RESUMO

O artigo discute a consolidação da Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910) como um tema da memória nacional brasileira, pela análise de diferentes momentos e tentativas de recuperação, apropriação e comemoração do levante. Discute como a edificação do marinheiro negro João Cândido como herói nacional foi, ao longo do século XX, um processo complexo, que revela valores de diferentes temporalidades, contextos e lugares sociais. Analisando três níveis de memória – coletiva, nacional e individual –, busco compreender como as celebrações relacionadas a essa revolta revelam também violências, silêncios e esquecimentos, ao mesmo tempo em que embates são travados na procura por reconhecimento e legitimação de um ícone na época da celebração de seu centenário.

Palavras-chave: Revolta da Chibata; memórias; Marinha; herói nacional; questões raciais.

ABSTRACT

This article discusses the consolidation of the “Chibata Revolt” (“The Revolt of the Whip”) (Rio de Janeiro, 1910) as a theme in Brazilian national memory, through the analysis of different moments and attempts at the restoration, appropriation and commemoration of the rising. I discuss how the building of the black sailor João Cândido as a national hero was a complex process during the twentieth century, which reveals values of different temporalities, contexts and social places. Analyzing three levels of memory – collective, national and individual –, I seek to understand how the celebrations related to this revolt also revealed violence, silence and forgetfulness, at the same time that clashes occur in the search for the recognition and legitimacy of an icon in the celebration of its centenary.

Keywords: Chibata Revolt (“The Revolt of the Whip”); memories; Navy; National hero; racial questions.

*Professora da Universidade de Paris 13. 46, Rue Auguste Poullain – 93200 Saint Denis – France. silvia.capanema@univ-paris13.fr

Maio de 2010. O presidente Luís Inácio Lula da Silva, em fim de mandato, celebra o lançamento em Pernambuco do petroleiro *João Cândido*.¹ O navio da Petrobras é aplaudido como símbolo de orgulho nacional e recebe, a contragosto da Marinha de Guerra, o nome do marinheiro primeira-classe João Cândido Felisberto (1880-1969), líder de uma revolta de marujos ocorrida cem anos antes. O marinheiro negro João Cândido continua sendo a figura mais lembrada desse movimento, ao passo que sua história de vida revela diferentes combates memoriais, os quais envolvem a adesão de políticos e de diferentes correntes dos movimentos sociais e negros, mas também controvérsias, principalmente no que se refere à sua instituição de origem, a Marinha do Brasil.

A construção do personagem João Cândido remonta a acontecimentos da noite de 22 de novembro de 1910, quando um grupo de mais de mil marinheiros subalternos da Marinha de Guerra se rebelou na baía de Guanabara, tomando o controle dos navios mais importantes da frota da época – sobretudo os grandes encouraçados *Minas Gerais*, *São Paulo* e o *scout Bahia* – e apontando suas armas contra a capital federal. Os marinheiros, na maioria negros, pardos e oriundos do Norte e do Nordeste do Brasil, exigiam melhores condições e o fim dos castigos corporais, em particular, a abolição da chibata.²

A rebelião durou aproximadamente cinco dias e mobilizou a sociedade e a opinião da época. Alguns órgãos da imprensa foram simpáticos aos marinheiros, bem como certos parlamentares, e o governo acabou concedendo a anistia aos rebeldes.³ No entanto, dias depois, o Estado autorizou a publicação de um decreto que previa o desligamento da Marinha dos elementos considerados “nocivos à disciplina” a bordo dos navios (decreto 8400, de 28 nov. 1910). Aproximadamente mil marinheiros foram dispensados da Marinha até o início de dezembro do mesmo ano, e um clima de desconfiança entre praças subalternos e oficiais tomou conta dos navios. Nesse contexto, uma segunda rebelião estourou no Batalhão Naval, a qual foi rapidamente massacrada pelas forças oficiais da República brasileira sob o regime do estado de sítio. Diversas prisões foram feitas, e o navio *Satélite* foi preparado para deportar para o Norte do Brasil 491 pessoas, dentre as quais marinheiros e outros representantes das camadas populares, identificados como “vagabundos, prostitutas e soldados do Exército”, muitos vindo a falecer durante a viagem em razão das más condições ou de fuzilamentos. Em outra medida de extermínio, as autoridades da Marinha encarceraram marinheiros e fuzileiros navais em prisões solitárias no complexo naval da Ilha das Cobras durante o Natal de 1910. A maior parte dos prisioneiros morreu ao cabo de 3 dias em razão da falta de ar puro, agravada pelo acréscimo de uma solução de cal nas celas, e desidratados

pelo calor. Consta que, numa solitária onde havia 18 pessoas, somente dois homens sobreviveram – o soldado naval João Avelino Lira e o marujo João Cândido. Dois anos mais tarde, formou-se um Conselho de Guerra para verificar a participação dos rebeldes de novembro na revolta de dezembro de 1910. Foram convocados setenta homens, mas somente dez compareceram, os outros foram apontados como “desaparecidos, fuzilados, mortos por insolação”. João Cândido e os nove outros companheiros presentes são absolvidos.⁴

O conjunto desses fatos ficou conhecido pela historiografia brasileira como Revolta da Chibata, título do clássico do jornalista Edmar Morel publicado em 1959 (Morel, 2009). Trata-se de um caso exemplar de utilização da violência por parte do Estado para reprimir rebeldes, de uma revolta que revela contradições da jovem República brasileira, de uma tentativa de expressão dos marinheiros subalternos. Trata-se de um ‘acontecimento’ no sentido histórico do termo, capaz de marcar o tempo entre o antes e o depois, revelar mecanismos sociais aparentemente pouco visíveis e tornar-se lembrado e ‘celebrado’ posteriormente de diferentes maneiras.⁵ Sua construção como objeto histórico – bem como a recuperação de João Cândido pela memória nacional – revela a existência de várias camadas memoriais e de formas de apropriação de um acontecimento. Tanto os silêncios quanto a necessidade de falar são dimensões presentes na violência do acontecimento.⁶

O presente artigo pretende discutir em que medida a necessidade de se rememorar um acontecimento e um herói é marcada por diversas formas de esquecimento – provocadas por formas de autoritarismo, por escolhas ou cristalizações. Assim, em um primeiro momento, demonstro como a memória da Revolta da Chibata esteve presente numa série de manifestações culturais do início do século XX, revelando uma necessidade social de reviver e de compreender os acontecimentos, apesar do mal-estar que podiam ocasionar. Em seguida, analiso o conflito travado entre aqueles que desejavam comemorar a revolta e celebrar o seu maior herói – em especial, os escritores de esquerda que, como Edmar Morel, tentaram lhes atribuir um novo lugar na História do Brasil – e os que, ao contrário, esforçaram-se para que isso não acontecesse – como as autoridades policiais e navais. Finalmente, dedico-me a compreender a recuperação de João Cândido por outros atores mais contemporâneos, como os movimentos sociais e movimentos negros, e a criação de lugares de memória. Da mesma forma, sabendo-se que a memória é também uma forma de seleção,⁷ busco ouvir outras vozes contidas nos testemunhos dos descendentes de dois marujos rebeldes, os filhos de João Cândido e de Adalberto Ferreira Ribas, e no depoimento de um antigo oficial da Marinha que também se inte-

ressou pelo tema. A memória desse acontecimento participa, portanto, da sua própria história, e há muito a dizer sobre as primeiras recuperações pela cultura popular e pelos discursos mais recentes do presidente Lula.

DA MEMÓRIA IMEDIATA AO ESQUECIMENTO: O ACONTECIMENTO CELEBRADO PELAS PRODUÇÕES CULTURAIS POPULARES DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Já entre o final de novembro e o início de dezembro de 1910, o palhaço e compositor negro Eduardo das Neves (1874-1919), conhecido também como Dudu das Neves e Diamante Negro, compôs a cançoneta *Os reclamantes*, sobre a revolta dos marinheiros.⁸ Nela, o desespero dos moradores do Rio, que fugiram dos possíveis bombardeios, é retratado com humor, concretizando um segundo momento de recepção do acontecimento. O compositor exalta João Cândido, “marinheiro de opinião”, contribuindo, assim como outros órgãos de imprensa que desde logo o chamaram de “almirante”,⁹ para a sua transformação de anônimo em personagem famoso. Contudo, o grande momento destacado pela cançoneta é o retorno à ordem depois da revolta de novembro, talvez como forma de se evitarem problemas com as autoridades que costumavam censurar, no período, algumas manifestações culturais populares por intermédio da ação policial.¹⁰

A revolta dos marinheiros de 1910 serviu também como tema para o cinema brasileiro em nascimento. Ainda em novembro do mesmo ano, três filmes documentários sobre o assunto foram gravados, e ele inspirou também a criação de um curta-metragem mudo de ficção, realizado entre 1910 e 1912 e intitulado *A vida de João Cândido*.¹¹ Esse filme teria sido uma das primeiras produções do cinema brasileiro a serem censuradas. Tido como desaparecido, temos poucas informações sobre seu conteúdo. Uma nota publicada no *Correio de Manhã* em 23 de janeiro de 1912 dizia que o chefe de polícia do Rio de Janeiro

proibiu a sua representação, mandou apreender os cartazes-reclamos e deu ordens para que prendesse os distribuidores dos reclamos. E com isso o sr. Belizário lavrou um tento, porque, se não fizesse o que fez, talvez a essa hora o Rio em peso estivesse revolucionado ... para ver a fita que se exibia na rua marechal Floriano.

Um ano após a proibição do filme, em janeiro de 1913, o circo Spinelli organizou uma sessão “em homenagem ao ex-marinheiro João Cândido” (O

Paiz, 24 jan. 1913). Uma das principais atrações do circo Spinelli era o palhaço negro Benjamin de Oliveira (1870-1954), escravo que havia fugido, aos 12 anos, de uma fazenda em Pará de Minas, Minas Gerais, para acompanhar o mundo circense.¹² Porém, esse tipo de circo, para continuar existindo, tinha também de estabelecer boas relações com as autoridades. Assim, alguns dias antes do anúncio da organização do espetáculo em homenagem a João Cândido, o chefe de polícia do Distrito Federal, Belizário Fernandes da Silva Távora, o mesmo que havia proibido a exibição do filme sobre a vida do marinheiro, fazia parte do público de um espetáculo do circo Spinelli (*O Paiz*, 21 jan. 1913).

As memórias de João Cândido, o marinheiro

Depois da liberação de João Cândido pela justiça militar em dezembro de 1912, o jornalista e escritor Paulo Barreto, conhecido como João do Rio, decidiu publicar uma série de artigos – num formato típico dos *feuilletons* da época – no periódico *Gazeta de Notícias*, intitulados “Memórias de João Cândido, o marinheiro”.¹³ Apesar de a *Gazeta* insistir sobre a autenticidade da escrita de João Cândido, que teria produzido suas ‘memórias’ quando internado no hospital dos alienados e na prisão da Marinha enquanto aguardava o julgamento, elas foram apontadas como obra do cronista João do Rio.¹⁴ No entanto, diversos elementos nos indicam que, por um lado, João Cândido acompanhava sem dúvida a produção dos capítulos, acrescentando-lhes uma série de informações importantes que somente ele ou um colega bem próximo poderia conhecer e, por outro lado, ele provavelmente não teria sido o único responsável pelo texto final publicado, outras pessoas também o teriam modificado.¹⁵

Podemos dividir as “Memórias de João Cândido” em três partes. Num primeiro momento, ele conta o seus inícios na Marinha e suas viagens internacionais. Nesse sentido, suas memórias lembram um ‘diário de viagem’ (narrativa na primeira pessoa, tempo cronológico, descontinuidades e impressões sobre o Outro). Esse tipo de texto pode ser encontrado com frequência em publicações dos oficiais da Marinha, os quais costumam dotar seus textos, assim como o marujo, de um forte sentimento nacionalista. A especificidade das “Memórias” reside, no entanto, no fato de que o testemunho é feito por um marinheiro subalterno, a quem muito raramente se atribui o ‘lugar da escrita’.

Em um segundo tempo, as “Memórias” narram os fatos da revolta dos marinheiros, desde a organização até a anistia. Fornece aos leitores uma série de informações que somente uma pessoa que se encontrava nos navios poderia conhecer. João Cândido revela igualmente diversos detalhes, como as horas

precisas, os nomes de outros ‘comandantes rebeldes’ (como ficaram conhecidos em parte da imprensa da época) e a movimentação dos navios. Aqui, o texto assume um vigor típico dos ‘diários de guerra’, outro tipo de narrativa geralmente própria dos oficiais.

Enfim, um terceiro momento da história de João Cândido cumpre uma função de denúncia: ele acusa o governo de ter contribuído para a preparação da revolta de dezembro no Batalhão Naval, e, à guisa de conclusão, o marujo expõe seu sentimento de injustiça quanto à sua exclusão da Marinha. Contar, rememorar, é também uma forma de denunciar. Alguns pontos do testemunho coincidem com outros depoimentos de João Cândido ao longo da vida. No entanto, essas narrativas não são idênticas, e podemos constatar a alteração de algumas referências, momentos de descontinuidades que nos levam a pensar na autenticidade de seu testemunho também em suas contradições e variantes.¹⁶

Pouco depois de sua publicação pela imprensa, todavia, as “Memórias” caíram no esquecimento. O primeiro a se calar sobre essa publicação foi o próprio João Cândido, que não mencionaria sua existência a nenhum de seus biógrafos ou entrevistadores, afirmando, além disso, que os manuscritos redigidos no hospital e na prisão da Marinha teriam sido destruídos (Morel, 2009, p.286). De qualquer maneira, reescritas e retomadas em outras falas, essas memórias são uma evidência da presença do tema nos primeiros anos do século XX e colaboram para a construção do personagem do marujo na memória coletiva, ao mesmo tempo em que os outros líderes começavam a ser esquecidos.

DOS PRIMEIROS ENSAIOS ESCRITOS AOS USOS POLÍTICOS: JOÃO CÂNDIDO E AS VERSÕES DA REVOLTA DA CHIBATA

Datam da década de 1930 os primeiros ensaios que tomam partido dos marinheiros rebeldes, como o livro escrito em 1931 pelo poeta comunista e surrealista francês Benjamin Péret (1899-1959). Péret viveu no Brasil entre 1929 e 1931, numa primeira temporada, quando conheceu os principais nomes do modernismo local. Porém, foi preso e expulso do país por ser visto como um “elemento nocivo à tranquilidade pública”. Durante o período, colaborou com traduções e escreveu o prefácio de uma obra sobre a revolta do encouraçado russo *Potemkim* acontecida em 1905.¹⁷ A revolta dos marinheiros brasileiros seria, segundo ele, uma versão tupiniquim do motim russo. Entretanto, seu livro, que se intitulava *O Almirante Negro* em homenagem a João Cândido, nunca chegou a ser publicado, pois os manuscritos foram apreendidos pela

polícia de Getúlio Vargas e provavelmente destruídos quase em sua integralidade. Somente quatro páginas foram encontradas posteriormente, na década de 1980. Péret analisa a revolta como uma expressão da luta de classes e convida o conjunto dos trabalhadores brasileiros para fazerem uma “greve geral revolucionária”.

Em 1934, outra publicação clandestina foi editada em Pelotas, no Rio Grande do Sul, seguindo um pouco a mesma direção do livro de Benjamin Péret. O autor, assinando com o pseudônimo de Benedito Paulo, foi identificado como o médico Adão Pereira Nunes, ainda escritor e político filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Brasil é apresentado como um “país semicolonial”, cujo “povo oprimido” tinha necessidade de conhecer histórias como a da revolta dos marinheiros para que se formasse uma consciência de classe popular.¹⁸ O texto foi reproduzido integralmente no *Jornal do Povo*, periódico dirigido pelo humorista Apparício Torelly (1895-1971), o Barão de Itararé, também membro do PCB,¹⁹ o que indica que o assunto interessava aos intelectuais desse grupo na época. Como consequência dessa publicação, ficou registrada uma anedota que revela a existência da repressão ao tema: dizem que o jornalista foi sequestrado e agredido fisicamente por seis oficiais da Marinha. Ao retornar à redação do jornal já recuperado dos golpes, ele colocou uma placa na porta da sua sala com os dizeres “entre sem bater”.²⁰

Entretanto, João Cândido assumia no período uma orientação política bastante oposta: era simpatizante da Ação Integralista Brasileira, movimento de tendência fascista fundado em 1932, cujas palavras de ordem eram “Deus, Pátria e família”.²¹ João Cândido contava que havia sido abordado pessoalmente pelo líder Plínio Salgado, e que havia aderido à organização junto a vários companheiros marinheiros e oficiais da Marinha (Morel, 2009, p.225-226). O fato de ter participado de uma revolta popular que se tornou um legítimo ícone para intelectuais e políticos de esquerda não significa, no entanto, que João Cândido fosse assumidamente um homem de esquerda. Ao contrário, devemos considerá-lo em seu contexto e em sua complexidade como agente histórico.²²

A “Revolta da Chibata”: o jornalista e o marinheiro

Se já era difícil tratar do movimento dos marinheiros até o início da década de 1930, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) o assunto parece ter desaparecido das livrarias e da vida pública. Todavia, com o retorno à democracia, o tema retorna às páginas da imprensa e anima polêmicas envolvendo oficiais da Marinha. O comandante reformado Luís Altran de

Alencastro Graça reage, em jornal de grande tiragem, a uma reportagem sobre a memória da revolta dos marinheiros publicada pelo jornalista Raimundo Magalhães Junior no *Diário de Notícias* em 1948. O oficial diz, a respeito de João Cândido, que: “se o nome desse infeliz pertencesse à História, na opinião do ilustre jornalista, que tão bondosamente o apadrinha, não devia ser à guisa de herói. Melhor então não possuir história, para não confundi-la com os anais da criminologia” (citado por Arias Neto, 2001, p.278). Em 1949, o comandante H. Pereira da Cunha publica uma ‘versão oficial’ da revolta num número da *Revista Marítima Brasileira*.²³

No final de 1958, um jornalista conhecido do Rio de Janeiro escreve um livro em que expõe 10 anos de pesquisa sobre o tema. Trata-se de Edmar Morel (1912-1989), que publica, no Rio de Janeiro, *A Revolta da Chibata* (Morel, 1958). A publicação torna-se um marco para a memória do acontecimento, batizando a rebelião e se misturando ao mesmo tempo com sua própria história.

Os temas históricos eram frequentemente escolhidos pelo repórter Morel, e ele utilizava métodos próximos aos do historiador, como o recurso a fontes impressas localizadas em arquivos e nas coleções da imprensa. Porém, ele sempre se apresentou como jornalista ou repórter, assumindo mais facilmente a importância do tempo presente como ponto de partida. Além disso, se o procedimento de investigação do autor é próximo do método do historiador, sua escrita é bastante diferente. Enquanto o historiador sente necessidade de citar datas, de fazer referências às fontes, de interromper seu texto com notas de rodapé, o repórter Morel prefere privilegiar a fluência da narrativa, que não deve ser muito interrompida com esse gênero de referências.²⁴ No entanto, mesmo sem evidenciar suas relações com outras escolas do pensamento, estabelece diálogos com outras linhas da historiografia, nomeadamente através da recuperação da figura de um “herói da ralé”, nos seus dizeres. Nesse sentido, propõe tanto uma leitura da “história vista de baixo” quanto um compromisso biográfico que busca revelar histórias de homens comuns, mas extraordinários, perspectivas lançadas pela história social inglesa, como através de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, ou pela micro-história italiana, cuja maior referência seria o trabalho de Carlo Ginzburg.²⁵

A Revolta da Chibata apresentava em sua primeira edição 11 capítulos, os quais estabeleciam, de forma cronológica, uma reconstituição dos diferentes momentos do levante, desde a apresentação do assunto segundo a perspectiva do autor até as medidas repressoras do governo, passando pela organização da revolta e pela cobertura da imprensa na época. Posteriormente, outros capítulos que contam a própria história do livro e da vida de João Cândido depois da

revolta foram acrescentados. Edmar Morel narra ainda que, com o trabalho quase terminado, foi visitar João Cândido em sua casa em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, levando consigo vários objetos “desencadeadores de memória” (Morel, 2009, p.245-246). A participação de João Cândido no trabalho é maior que a de um simples personagem. Ele torna-se também um tipo de ator de sua escrita, chamando o livro de “minha história”.²⁶ O antigo marinheiro torna-se amigo do jornalista, os dois são vistos juntos em diversos lugares do Rio e fotografados lado a lado por várias vezes. No lançamento da primeira edição de *A Revolta da Chibata*, os dois homens assinavam juntos autógrafos na oficina da gráfica, ao lado dos operários que participaram da produção do volume. A Figura 1 mostra João Cândido, com 78 anos, mas ainda grande e esbelto, visto como uma figura “mais reservada”, ao lado de Edmar Morel, contando 46 anos, baixinho (tinha 1,52 m), descrito como uma pessoa muito amistosa, falante e engraçada. O jornalista e o marinheiro assinavam dedicatórias nos livros.

Figura 1 – O jornalista, o livro e o marinheiro.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,
Divisão de manuscritos, Arquivo Edmar Morel.

O impacto do livro foi maior do que se esperava. A imprensa e o público receberam-no de forma entusiasmada, e as novas gerações podiam, enfim, conhecer a história da sublevação. Em um mês, eram contados mais de 275 artigos publicados pela imprensa brasileira (Morel, 2009, p.266). Em dezembro de 1959 *A Revolta da Chibata* ocupava, de acordo com *O Globo* (30 dez.), o terceiro lugar dentre os livros mais vendidos, atrás apenas de *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, e de *Bilhetinhos de Jânio*, de J. Pereira. A obra também teve outras consequências mais pragmáticas para a vida de João Cândido. Em 1959 foi votada, na Câmara Estadual do Rio Grande do Sul, uma pensão para o ex-marujo, permitindo que largasse o trabalho de vendedor de peixes no mercado do centro carioca, onde trabalhara durante 40 anos (Morel, 2009, p.250-251).

Mas novas respostas ecoaram novamente entre os oficiais da Marinha. No dia 25 de fevereiro de 1960, o comandante Oliveira Bello escreveu um relatório sobre a vida de João Cândido, o qual foi publicado na quarta edição do livro de Edmar Morel sob o título “Versão oficial”. No relatório, o oficial recupera as origens de João Cândido, sua entrada na Marinha, as viagens feitas. Faz também uma descrição física e psicológica do marujo orientada pelo pensamento racial:

É preto, de cabelos negros e encrespados, olhos escuros, alto e nutrido, olhar esquivo, feio, boca larga, andar vagaroso, introvertido, de poucas palavras e gestos; tudo isso herdado dos pais. Temperamento híbrido ... Inteligência vulgar e pouco desenvolvida, ladino e sonso...²⁷

A Revolta da Chibata e o golpe militar

João Cândido torna-se uma figura particularmente explorada por um novo grupo de marinheiros, organizados na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), criada em 1962 num contexto de politização da sociedade e de medo, de ambos os lados, de um golpe de Estado. A associação dos marinheiros pedia melhorias de sua condição e ampliação de seus direitos civis, mas se inseria num quadro mais amplo de reivindicações, que marcou o governo João Goulart (1961-1964).²⁸

No dia 25 de março de 1964, data de aniversário da associação, os marinheiros organizaram um evento na sede do sindicato dos metalúrgicos e terminou com a prisão de vários membros (Capitani, 1997). Porém, assim como depois da revolta de 1910, os marinheiros e fuzileiros presos foram anistiados

pelo presidente João Goulart, fato que foi utilizado, como sabemos, como um dos pretextos para o golpe militar alguns dias mais tarde (Rodrigues, 2004). João Cândido estava presente na reunião. O jornal carioca *Última Hora* do dia 27 de março de 1964 publicou, abaixo do título “Revolta de 1910 presente em 1964”, uma foto do ex-marinheiro aos 84 anos trajando um terno, como gostava em ocasiões do gênero, ao lado do novo líder dos marujos e fuzileiros, o chamado Cabo Anselmo. A imagem reproduz em um mesmo plano os dois líderes dos praças da Marinha, o do passado e o do tempo presente. Subentende-se assim a existência de uma continuidade entre os dois movimentos, ao mesmo tempo em que as autoridades e setores conservadores da sociedade brasileira eram avisados sobre a possibilidade de uma nova rebelião.

Figura 2 – João Cândido e Cabo Anselmo, março de 1964.



Fonte: *Última Hora*, 27 mar. 1964.

Contudo, outros elementos indicam que João Cândido e os marujos de 1964 não compartilhavam exatamente a mesma linha de pensamento. João Cândido mantinha-se cético quanto ao movimento dos marujos mais jovens, pois, para ele, “Revolta de marinheiro só dá certo no mar” (Morel, 2009, p.255). Criticava, dessa maneira, o fato de que os discursos e o ato dos membros da

AMFNB reforçassem questões políticas externas ao mundo naval. O movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil foi, posteriormente, bastante desacreditado e visto como uma ‘página negra’ da história do Brasil, de acordo com a memória imediata dos acontecimentos. Um ano mais tarde, foi denunciada a colaboração do presidente da associação, Cabo Anselmo, com a ditadura civil e militar brasileira.

No dia 31 de março de 1964, forças do Exército se organizaram e destituíram o governo de João Goulart, concretizando a “revolução de 1º de abril” ou o “golpe militar”, como conhecido posteriormente. No dia 14 de abril do mesmo ano, Edmar Morel escuta pelo rádio que o “Alto Comando da Revolução” tinha cassado, na primeira lista, seus direitos políticos por 10 anos. A principal razão desse ato fora a publicação de *A Revolta da Chibata*. A partir de então, o jornalista não podia mais votar e exercer uma função pública, e teve dificuldade em trabalhar na imprensa. Todavia, reagiu com muito humor, bem a seu estilo, à sua cassação. Mandou emoldurar o decreto de supressão de seus direitos publicado no *Diário Oficial* e pendurou-o na parede de sua sala, como um quadro, dizendo ainda tratar-se de seu mais importante “diploma” (Almeida, 2009, p.551-560).

Durante os primeiros anos do período militar, o tema da revolta dos marinheiros foi da mesma forma ‘cassado’, enquanto João Cândido seguia a sua vida normalmente, vivendo em sua casa em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Suas principais distrações eram a religião – ele tinha aderido à Igreja Metodista Brasileira – e a leitura. Na noite de 6 de dezembro de 1969 João Cândido faleceu de um câncer no pulmão, aos 89 anos.

No início da década de 1970, o tema alimenta outras manifestações culturais, como o samba *O mestre-sala dos mares*, gravado em 1975 por João Bosco e Aldir Blanc. Os músicos contam que tiveram diversos problemas com a censura. Tinham dificuldade em compreender as exigências dos censores, até receberem esta explicação, segundo o testemunho de Aldir Blanc: “Vocês não estão entendendo... Estão trocando palavras como revolta, sangue etc., e não é aí que a coisa está pegando ... O problema é essa história de negro, negro, negro...”²⁹ Algumas passagens da letra original foram mudadas, como a substituição de ‘negros’ por ‘santos’, ‘almirante’ por ‘navegante’ e ‘feiticeiro’ por ‘marinheiro’, guardando a rima e a métrica originais e sugerindo, no lugar, figuras da linguagem poética. A história da composição nos proporciona um exemplo de como a censura do período podia veicular a visão oficial racista da ditadura brasileira.

Em 1986 foi lançada a quarta edição de *A Revolta da Chibata*. O contexto

de redemocratização favorecia a retomada do assunto, mas o livro gerou novas reações por parte dos oficiais da Marinha e, em 1988, o vice-almirante Hélio Leôncio Martins publica um trabalho, fruto de suas pesquisas, intitulado *A Revolta dos Marinheiros, 1910*, como forma de livro-resposta ou de atualização da versão oficial da Marinha de forma mais elaborada e aprofundada. O livro se divide em três partes (a rebelião de novembro, a rebelião de dezembro e punições) e pretende adotar uma posição neutra quanto ao movimento e à sua denominação consagrada (Revolta da Chibata), refutando o reconhecimento de João Cândido como seu líder maior e como herói:

Esta fase da vida da Marinha brasileira, de consequências tão transcendentais, tem sofrido, ao ser analisada e descrita, uma dupla deformação. Os oficiais, vítimas de agressões físicas, do rompimento brusco da disciplina a que estavam condicionados, de ataques cadentes, injustos, desmedidos, oriundos do Congresso e da opinião pública comandada pela imprensa, ao narrarem e comentarem os fatos ocorridos, ativeram-se principalmente ao que eles representam de primitivo, de subalterno, de feroz, mantendo sempre atitude defensiva em relação à própria honrabilidade da Marinha ... Por outro lado, escritores de esquerda, utilizaram a sublevação, puramente militar que foi, para transformá-la num movimento popular... (Martins, 1988, p.7-8)

DOS TESTEMUNHOS PESSOAIS À EDIFICAÇÃO DO HERÓI NACIONAL: VOZES E LUGARES DE MEMÓRIA

A revolta dos marinheiros existe também na memória de indivíduos e grupos próximos aos principais atores ou que reivindicam uma afinidade com o movimento. Nesse sentido, a memória da revolta não se conserva somente em sua dimensão ‘escrita’, mas se faz também presente nas palavras dos diferentes atores sociais, confirmando a importância da memória coletiva na solidificação de lembranças pessoais.³⁰

O vice-almirante Hélio Leôncio Martins me recebeu em seu apartamento em Copacabana, no dia 9 de agosto de 2006. Leôncio Martins, que contava 92 anos de idade na época do nosso encontro, é filho e neto de oficiais da Marinha. Ele conta que seu pai teria assistido a uma cerimônia de punição corporal com uso da chibata, ainda quando aspirante a guarda-marinha. Nos seus dizeres: “Ele aguentou, mas ele tinha um colega mais moço, que se chamava Pareras,

que era um rapaz de 14 anos, que desmaiou à vista daquele sangue. Tal era a impressão que dava, era horrível”.

A dualidade marca o pensamento do vice-almirante Martins. Ele divide o tempo entre antes e depois da revolta e gosta de separar as tripulações entre diferentes grupos: os mais jovens e os mais velhos, os bons e os maus elementos, como vemos nesta passagem de seu testemunho:

os homens que iam para a Marinha eram quase bicho. Era a ralé da humanidade que aceitava ser marinheiro. Mas de repente os navios começaram a ser mecanizados, a partir da segunda metade do século XIX. Então começou a precisar de gente diferente. O pessoal usava até uma expressão: antes precisava-se de homens de ferro para navios de madeira. Agora, precisava-se de homens, não de madeira, mas técnicos, para navios de ferro.

De acordo com essa visão, a perpetuação dos castigos corporais era um signo do atraso brasileiro, mas a supressão efetiva das punições só poderia mesmo acontecer no dia em que fosse feita uma substituição das tripulações. A contradição entre o pessoal e o material, um dos argumentos utilizados por diferentes autores, em particular nos meios militares, para explicar as causas da revolta tem, portanto, origem nesse tipo de leitura.³¹

Quanto à presença do racismo na Marinha, o vice-almirante refuta a tese de que a Armada brasileira seria uma instituição racista. Ao contrário, ele justifica que as dificuldades de ascensão dos negros teriam sobretudo uma explicação social; posiciona-se, dessa maneira, com relação a um importante debate brasileiro que opõe exclusão social e racial:³²

Para entrar para a Escola Naval, tinha que entrar com um enxoval enorme ... De maneira que isso afastava o pessoal mais pobre da Marinha e afastava os pretos. Então existia essa visão de que não entrava preto. Eu tive três colegas pretos na Marinha ... Um tinha um complexo danado porque não era mandado a viagens para os Estados Unidos, eles tiravam ele. Mas não tiravam ele por causa disso, tiravam por causa dos americanos. Chegava lá eles iam criar um caso, que não ia poder ir ao mesmo lugar dos outros oficiais. Mas não havia preconceito ... Nunca houve esse preconceito na Marinha. O Colégio Naval está cheio [de negros]. Agora, é difícil entrar ... o nível intelectual do preto continua muito baixo, porque ele tem relação com o nível econômico. Então a Marinha tinha essa dificuldade. O Colégio Naval é um exame muito difícil, com 3 mil candidatos para duzentas vagas. Uma seleção muito violenta. Os pretos ficavam em desvantagem.

No dia 24 de julho de 2002, entrevistei Adalberto Nascimento Cândido, filho caçula de João Cândido e Ana do Nascimento. Com 64 anos no dia da entrevista, Candinho me confiou seu testemunho na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde trabalhava desde 1953 e onde lhe atribuíram o apelido. Com efeito, sua entrada na ABI deveu-se à mediação de Edmar Morel, membro ativo da associação. Mas Candinho não ousava questionar muito o pai sobre a revolta, pois, como disse: “Meu pai era muito fechado nesses aspectos ... [Mas] quando uma pessoa, jornalistas, procuravam ele, ele contava tudo”.

Adalberto Cândido conta ainda que seu pai era às vezes reconhecido na rua. Todavia, os novos descendentes de João Cândido têm dificuldade em se fazerem reconhecer, como conta Candinho sobre seu próprio neto: “O meu neto, quando a professora falou do meu pai, ele falou: ‘eu sou bisneto’. Ela falou: ‘não é verdade’. Ele teve que trazer documento”. Esse incidente suscita um problema mais profundo abrangendo o reconhecimento das camadas populares e afro-brasileiras, já que, para o professor da escola pública, parecia muito difícil acreditar que um de seus alunos podia ser descendente de pessoas reconhecidas, de personagens e heróis dos livros didáticos de história.³³

Outra filha de João Cândido, Zeelândia Cândido, também buscou recuperar a memória do pai. Aos 78 anos quando nos concedeu a entrevista, “dona Zeelândia” – como era conhecida – me recebeu na sua residência em São João de Meriti no dia 24 de julho de 2002 (Zeelândia Cândido faleceu em setembro de 2006). Era a sexta filha de João Cândido Felisberto com sua segunda esposa, Maria Dolores, que se suicidou quando Zeelândia tinha apenas 4 anos. Zeelândia Cândido tinha verdadeiro orgulho de seu nome tal como era grafado, pois tinha sido escolhido pelo próprio João Cândido, que encontrou inspiração num transatlântico chamado *Nova Zeelândia*, também com dois “e”.

Sua família se instalou em São João de Meriti quando ela tinha 7 anos. De acordo com Zeelândia, seu pai estava em busca de tranquilidade. Nessa época, a periferia era calma, “quase sem nenhum movimento político”. Ela descreve João Cândido como um pai amoroso, “à moda antiga”, um homem feliz que gostava de cantar e de dançar, mas que, por vezes, preferia também se retirar, ficar tranquilo, um pouco triste, “talvez pensando na revolta, no que ele viveu”.

Sobre a sociabilidade do ex-marinheiro, dona Zeelândia se lembra que, quando era ainda menina, ele tinha costume de receber outros ex-marujos em casa para conversar e cantar. Ela se recorda de um extrato de uma canção composta por eles e que celebra a inversão da ordem imposta nos dias da revolta, evocando o nome de outros ‘oficiais rebeldes’: “Tem até um refrão que eles cantavam para o meu pai que eu ainda me lembro: ... ‘No tempo da revol-

ta, João Cândido era almirante, Avelino imediato e Gregório comandante. João Cândido almirante ainda deve se lembrar, que tem seu nome gravado no barco Minas Gerais...”

A revolta é também um caso de família para os descendentes de outro ex-marinheiro. No dia 12 de setembro de 2009, eu pude entrevistar, na companhia do historiador Marco Morel, num restaurante na praia de Saquarema, Marcos Valério Ribas e Adaleia Ribas Barbosa, contando 65 e 80 anos respectivamente, filhos de Adalberto Ferreira Ribas, que participou da revolta no posto de ‘oficial de artilharia’ do *scout Bahia*. Ribas tinha 19 anos em 1910, era branco, baiano, e tinha ingressado na escola de aprendizes marinheiros de Salvador, aos 13 ou 14 anos, como forma de escapar ao seminário e à carreira eclesiástica a que se destinava, como contou aos filhos. Ele tinha também um irmão na Marinha, Beda Ferreira Ribas, um ano mais velho. Tudo indica que Beda Ribas não participou da revolta dos marujos e que teve promoções na Marinha e na Aeronáutica, chegando a se tornar oficial, enquanto Adalberto foi excluído precocemente da instituição por ter participado do levante de 1910.

Ribas era visto pelos filhos como alguém interessante, até mesmo heroico, com muita autoestima, e que gostava de conversar e contar histórias da sua vida. Entretanto, assim como João Cândido, ele não se sentia à vontade em falar muito da revolta aos filhos, um silêncio que talvez se justificasse pelo medo das perseguições. Ele escapou das prisões e da deportação em dezembro de 1910 e não se apresentou ao Conselho de Guerra em 1912, embora indiciado, tendo fugido para o interior de Santa Catarina. A partir de então, ele assume a sua profissão principal: trabalha como professor. Era, além disso, um grande admirador da cultura francesa, como contam seus filhos em diferentes momentos da entrevista. De fato, como lembram, o ex-marujo Ribas ensinava a todos os alunos a cantar a *Marseillaise* e a recitar poemas de Victor Hugo em francês. Para além da ‘verdade’ desses testemunhos, que nos revelam de toda forma projeções e imaginários, essas referências à cultura francesa feitas por indivíduos de origens populares no contexto possibilita-nos relativizar uma visão segundo a qual a francofilia no Brasil seria unicamente um sentimento das elites.

Quanto ao seu posicionamento político, os filhos de Ribas acrescentam um elemento interessante: assim como João Cândido, Adalberto Ferreira Ribas também participou da Ação Integralista Brasileira. Na conversa, Marcos Valério Ribas disse que pensava em entrar com um pedido de indenização ao Estado brasileiro em nome de seu pai e ao lado da família de João Cândido e

talvez de outros raros marujos que sobreviveram às perseguições, constituíram uma família e transmitiram a memória da revolta de 1910.

Lugares de memória para um herói nacional

Nas décadas de 1990 e 2000 surgem novas manifestações culturais em torno da figura de João Cândido. Aparecem também outras publicações e uma nova memória escrita, motivada pela pesquisa em ciências humanas (Almeida, 2009; Arias Neto, 2001; Morgan, 2001; Nascimento, 2002). Além disso, João Cândido e a revolta da chibata retornam à cena em peças de teatro e filmes.³⁴ Ele recebe também novas homenagens em espaços físicos: seu nome batiza escolas, ruas e monumentos. Em São João de Meriti, cidade onde, como vimos, João Cândido viveu seus 39 últimos anos, uma rua foi inaugurada com o nome do marujo. Outras cidades também fizeram o mesmo, como Nova Iguaçu (no Rio de Janeiro), Rio Pardo (no Rio Grande do Sul, região natal do marinheiro) e Uberaba (Minas Gerais). João Cândido nomeou também duas escolas, uma do Centro Integrado de Educação (Ciep) em São João de Meriti, e a Escola Marinheiro João Cândido, no bairro Santa Cruz (cidade do Rio de Janeiro). Em março de 2007, um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) escolheu o nome do 'almirante negro' para batizar uma ocupação, um terreno de 1,2 milhão de metros quadrados em Itapeperica da Serra, na periferia de São Paulo. Esses lugares de memória nos possibilitam pensar, por um lado, nas cristalizações e clivagens memoriais e, por outro lado, nas formas de inscrição do passado no tempo presente.³⁵

Paralelamente, o nome de João Cândido é reclamado por diferentes esferas do movimento social. Aproximadamente 1.500 marinheiros expulsos da Marinha, dentre os quais muitos foram presos e perseguidos durante a ditadura civil e militar, se organizaram em duas associações – a Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA) e o Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (Modac). Pedem a anistia definitiva e a reintegração na Marinha para eles mesmos, o que vêm conseguindo no quadro dos últimos governos. Reclamam ainda, com a família de João Cândido, patrono de seus movimentos, a anistia definitiva ao marinheiro e a seus colegas, bem como as devidas indenizações.

Esses movimentos são reforçados por outra corrente significativa: os movimentos negros, que ganharam novo vigor na década de 2000. Novos programas ativistas foram impulsionados, dando origem a mudanças na legislação, tais como a medida 63, de 26 de agosto de 2002, que criou o programa Diver-

sidade na Universidade, dispositivo que legitimou as cotas raciais e sociais para o acesso ao ensino Universitário público, e a lei 10639, adotada em 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatória a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas do país.

Nesse contexto, a lei federal número 11756, de 23 de julho de 2008, concedeu a “anistia pós-morte a João Cândido Felisberto a aos outros participantes do movimento”.³⁶ Assim, se João Cândido é um herói popular reivindicado diversas vezes pelos movimentos sociais, pelas manifestações culturais e autoridades regionais, ele vem se tornando também, na virada do século XXI, um herói nacional, reconhecido igualmente pelos poderes públicos na escala federal. Um dos últimos atos de sua transfiguração em herói nacional aconteceu no dia 20 de novembro de 2008, com a inauguração de uma estátua do almirante negro, de 3 metros de altura, na Praça XV, na zona portuária do Rio de Janeiro, em presença do presidente Lula, do ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, e de personalidades públicas e artísticas ligadas ao militância dos movimentos negros. As datas de comemoração não são por acaso: o dia 20 de novembro é marcado pelo aniversário da morte de Zumbi dos Palmares em 1695 e foi escolhido como o dia da Consciência Negra, feriado em algumas cidades do Brasil. Ele substitui o antigo 13 de maio, dia da Abolição em 1888, considerado, pelos movimentos negros como um dia que simboliza as concessões das elites no poder e não como um dia significativo para a luta do povo negro. Em seu discurso, Lula exaltou a coragem do marujo e fez apologia, na época em que o primeiro presidente negro assume o poder nos Estados Unidos, de um Brasil construído pela mestiçagem. João Cândido retorna, portanto, para mais perto do mar, do complexo da Armada brasileira e do mercado de peixe onde trabalhou depois de sua exclusão da Marinha.³⁷

Entretanto, nenhuma personalidade da Marinha esteve presente nessa inauguração. Como a Marinha do Brasil não cauciona nenhum desses lugares de memória, podemos dizer que João Cândido tem dificuldade em se fazer reconhecer em sua mais forte identidade: a de marinheiro nacional. No dia 9 de março de 2008, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em matéria sobre o assunto, uma comunicação oficial da instituição:

A Revolta da Chibata ... constitui-se em um triste episódio da história do país e da própria Marinha do Brasil (MB) ... A MB sempre se pautou pela firme convicção de que as questões envolvendo qualquer tipo de reivindicação obteriam a devida compreensão, reconhecimento e respaldo para decisão superior, por meio do exercício da argumentação e sobretudo do diálogo entre as partes, o que

é de fundamental importância para o pleno exercício da liderança e para o estabelecimento de vínculos de lealdade. A despeito dos fatos que motivaram aquela crise, o movimento não pode ser considerado como “ato de bravura” ou de “caráter humanitário”. Vidas foram sacrificadas, material da Fazenda foi danificado, a integridade da capital foi ameaçada. Esta Força entende que outras formas de persuasão e de convencimento não foram esgotadas pelos amotinados, motivo pelo qual considera a Revolta da Chibata uma rebelião ilegal, sem qualquer amparo moral ou legítimo, não obstante a indesejável e inadmissível quebra da hierarquia. Na história do Brasil, muitas questões ligadas a direitos humanitários obtiveram solução pelas vias legais, sem açodamento. A abolição da escravatura, assunto mais abrangente e de importância maior na escala de valores nacionais, obteve equacionamento de forma gradual, inicialmente, por meio de leis menores, que foram se complementando, até atingir-se a lei definitiva, em maio de 1888. Quaisquer que tenham sido as intenções do sr. João Cândido Felisberto e dos demais amotinados que o apoiaram, fazendo uso do ideal do resgate da dignidade humana, a MB não reconhece heroísmo nas ações daquele movimento. Os estudos oficiais e fidedignos sobre o tema sequer certificam o verdadeiro mentor da revolta.

Essa forma de pensar vai, no entanto, no sentido contrário às correntes historiográficas atuais, ao movimento social e às próprias ações dos últimos governos brasileiros. Ela revela a dificuldade que a Instituição militar naval encontra para resolver um conflito entre o esquecimento (a *amnésia*) e o perdão (a *amnistia*).³⁸ Os marujos foram anistiados duas vezes pelas autoridades políticas, em 1910 e em 2008, mas jamais pelas autoridades navais. No tempo do seu centenário, a história da memória da revolta dos marinheiros brasileiros não pode ser desvinculada dos conflitos memoriais.

CONCLUSÃO: UM HERÓI PARA QUE E PARA QUEM?

A história da memória da revolta dos marinheiros e do processo de transfiguração de João Cândido em herói revela diversas nuances referentes aos mecanismos de memória nacional da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, remete à necessidade de evocar a história em diferentes momentos e por diferentes atores, como uma forma de denunciar a continuidade de uma violência institucionalizada e de revelar a capacidade de reação de ‘homens comuns’. Este é o caso das primeiras representações no teatro e no cinema; dos próprios escritos de João Cândido; dos primeiros textos dos escritores de esquerda e da

pesquisa de envergadura de Edmar Morel; das canções populares e das representações mais recentes; da convergência dos movimentos sociais e negros. Nesse sentido, trata-se de um acontecimento que pertence ao tempo passado, mas que é retomado em ‘diferentes presentes’ da sociedade brasileira, na busca de se criarem experiências e modelos que sirvam aos combates de diversos momentos e tempos, “de sair de si mesmo para ir ao encontro do Outro” (Todorov, 2004, p.32). A história da Revolta da Chibata se inscreve, portanto, num quadro mais amplo de busca pela cidadania.

Em segundo lugar; a memória da revolta não é única, daí todo o interesse em estudá-la e integrá-la na compreensão desse acontecimento – *a priori*, de caráter político. Assim como existem diferentes versões do acontecimento, estudar seus processos de construção pareceu-me bastante interessante e, nesta análise, pude constatar a existência de outras histórias, com frequência esquecidas, que remetiam a outras demandas. Esse é o caso, ainda que de forma bem diferente ou até mesmo oposta, da memória das famílias de antigos rebeldes e da dos oficiais da Marinha. Os dois grupos buscam uma imagem positiva e estão preocupados com a escrita e a preservação de um ‘passado glorioso’. A memória tem de servir aos grupos, fazê-los existir e fornecer-lhes o orgulho de pertencer a um passado comum. Nesse sentido, as reivindicações memoriais se opõem aos silêncios e podem variar de acordo com os contextos: para os descendentes dos marinheiros, falar da revolta nos dias de hoje é algo possível e desejável, diferentemente de seus antepassados, que muitas vezes optaram pelo silêncio.

Enfim, para o poder público, retomar a figura de João Cândido e da revolta é uma forma de responder às necessidades da memória com relação a dois tipos de vítimas da história brasileira: os perseguidos do autoritarismo militar e, em particular, os afrodescendentes. Como os marinheiros eram, na maioria, negros, pardos e mestiços, e sua reivindicação primeira era a abolição da chibata – símbolo das punições a que os escravos se submetiam –, homenagear João Cândido e lembrar a revolta da chibata é algo que permite ao mesmo tempo denunciar e reescrever a história da escravidão e suas heranças durante o período pós-abolicionista. Assim, os diferentes lugares de memória do governo Lula dedicados a João Cândido (navios, estátuas, leis) servem para transmitir essa mensagem e para construir heróis para as novas gerações; identificações positivas para outras ‘vítimas’ e seus herdeiros dos dias atuais. João Cândido não substitui Zumbi, mas, para além de toda polêmica e apesar de muitos nomes e histórias de marujos esquecidos, ele proporciona o estabelecimento de outros gêneros de analogias com o tempo presente, principal-

mente em razão de sua maior contemporaneidade (século XX). Essas formas de homenagem foram tanto maneiras de dialogar com as demandas dos movimentos sociais do presente quanto estratégias de comunicação adotadas pelo governo Lula.

NOTAS

¹ Ver www.monitormercantil.com.br/; acesso em: 7 jul. 2010.

² Sobre essa revolta, ver: ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. “*Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains*”: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910. Tese (Doutorado em História) – EHESS. Paris, 2009; ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada nacional, 1867-1910*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001; MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros, 1910*. São Paulo: Cia Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988; MOREL, Edmar. *A revolta da chibata* (Org. Marco Morel). [1959]. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009; MORGAN, Zachary Ross. *Legacy of the Lash: black and corporal punishment in the Brazilian Navy, 1860-1910*. Tese (Doutorado em História) – Brown University. Providence (RI), 2001; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008; NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2002.

³ Dentre os periódicos simpatizantes do movimento, destacamos *O Correio da Manhã*. Entre os parlamentares, a atuação de Rui Barbosa, que proferiu discursos de grande vibração, foi particularmente interessante. Ver: BRASIL. *Anais do Senado Federal*, 1910, Livro V.

⁴ AN, Supremo Tribunal Militar, Processo “João Cândido e Outros”, Série Judiciária, Sub-série: Processo Crime, 1913, BW 2847 (3v.).

⁵ Sobre a noção de acontecimento que adotamos, ver: FARGE, Arlette. Penser et définir l'événement en histoire: approche des situations et des acteurs sociaux. *Terrain*. n.38, mars 2002.

⁶ POLLAK, Michael. *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*. Paris: Métalié, 1993.

⁷ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

⁸ A letra e uma gravação dessa canção estão disponíveis em: www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=os-reclamantes; acesso em: 30 jul. 2010.

⁹ Como o *Correio da Manhã*, que atribuía aos marinheiros graus de oficiais, como almirante, imediato, comandante etc., e a *Gazeta de Notícias*, onde se encontrava a referência ao

apelido “almirante negro”, provavelmente uma criação de João do Rio. O jornalista teria sido um dos responsáveis pela consolidação dessa alcunha na imprensa da época.

¹⁰ FLÉCHET, Anaïs. *Aux rythmes du Brésil: exotisme, transferts culturels et appropriations. La musique populaire brésilienne en France au XXe siècle*. Tese (Doutorado em História) – Université de Paris I. Paris, 2007, p.39-50.

¹¹ ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.354.

¹² SILVA, Ermínia. *Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007. Agradeço à autora as informações sobre os espetáculos do circo Spinelli em homenagem a João Cândido.

¹³ Publicadas entre 31 dez. 1912 e 12 jan. 1913. Republicadas recentemente em MOREL, 2009.

¹⁴ RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. João Cândido é internado em janeiro de 1911 no hospital dos alienados e, em seguida, no Hospital da Marinha, na prisão da Ilha das Cobras. Ele ficou quase dois anos nessas instituições, quando escreveu ou ditou as suas memórias e bordou três toalhas, de acordo com diferentes fontes. Ver: ALMEIDA, 2009; CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998; MOREL, Marco. Anexo I: Introdução do organizador. In: MOREL, 2009, p.285-319.

¹⁵ Produções do mesmo gênero existiam também em Paris, como, por exemplo, as memórias da prostituta Casque d’Or, jovem ligada aos grupos de apaches da cidade. Suas ‘memórias’ foram publicadas na revista literária *Fin de Siècle* de 5 jun. a 3 ago. 1902. O texto foi corrigido e provavelmente adaptado pelo jornalista Henri Frémont. Cf: DELUERMOZ, Quentin (Org.). *Chroniques du Paris apache (1902-1905)*. Paris: Mercure de France, 2008. O cronista João do Rio costumava viajar à França e apropriava-se de criações da imprensa local (RODRIGUES, 1996).

¹⁶ CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. *Annales ESC*, n.6, p.1514-1515, 1989. Outros testemunhos de João Cândido estão registrados em: MOREL, 2009; MIS. *João Cândido, o almirante negro*. Rio de Janeiro: Gryphus; Museu da Imagem e do Som, 1999.

¹⁷ Ver: KAREPOVS, Dainis. Présentation de l’Amiral Noir de Benjamin Péret. In: BENJAMIN PÉRET ET LE BRÉSIL. *Trois Cerises et une Sardine*. (Publication de l’association des amis de Benjamin Péret à Paris, n.17, oct. 2005).

¹⁸ PAULO, Benedito [Adão Pereira Nunes]. *A revolta de João Cândido*. Pelotas (RS): s.n., 1934, p.1-2.

¹⁹ Essa coincidência entre o texto de Adão Pereira Nunes e os fascículos do *Jornal do Povo* é apontada pelo historiador Marco Morel (MOREL, 2009).

²⁰ MOREL, 2009, p.232 ; KONDER, Leandro. O Barão de Itararé. In: FERREIRA, Jorge;

REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil I: a formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.187-198.

²¹ TRINDADE, Héglio. *La tentation fasciste au Brésil dans les années 1930*. Paris: Ed. Maisson des Sciences de l'Homme, 1988.

²² BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994; LO-RIGA, Sabina. La biographie comme problème. In: REVEL, J. (Dir.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Hautes Etudes; Gallimard; Seuil, 1996, p.209-231.

²³ CUNHA, H. Pereira da. A revolta na esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, 1949.

²⁴ Sobre essas proximidades e divergências, ver: SCHMID, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

²⁵ GINZBURG, Carlo. *Le fromage et les vers: l'univers d'un meunier du XVI^e siècle*. Paris: Flammarion, 1980; HOBBSAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

²⁶ MOREL, Marco. *João Cândido e a luta pelos direitos humanos, livro fotobiográfico*. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008, p.94.

²⁷ BELLO, Luiz Alves de Oliveira. "Sucintos elementos...". In: MOREL, 2009, p.259-262.

²⁸ Sobre uma abordagem atual do contexto, ver: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e a sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Sobre o movimento dos marinheiros, ver: CAPITANI, Avelino Bide. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997; RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

²⁹ BLANC, Aldir. "Mestre-Sala dos mares". In: MIS, 1999, p.22.

³⁰ HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997; HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994. As entrevistas que se seguem encontram-se transcritas na minha tese de doutorado: ALMEIDA, 2009.

³¹ Cf: ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, n.45, 2010. Republicado em: *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n.3, 2010, disponível em: www.historiamilitar.com.br/Artigo2RBHM3.pdf.

³² Sobre esses embates, ver: FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³³ Esse exemplo nos permite pensar, à luz da discussão sobre a teoria do reconhecimento, em como certos indivíduos podem ser legados a um lugar *a priori* subalterno e nas dificuldades de construção de um herói real negro e pobre. Ver: MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão intersubjetiva da autorrealização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n.17, jun. 2009.

³⁴ No cinema, três curtas-metragens sobre o tema são produzidos. *João Cândido, um Almirante Negro*, Emiliano Ribeiro, 1987, 10 min; *João Cândido e a revolta da chibata*, feito por alunos da ONG *Nós do cinema*, 2004, 20 min; *Memórias da chibata*, Marcos Marins, 2005, 15 min). Mencionamos também a peça de teatro *João Cândido do Brasil: a revolta da chibata* (Teatro Popular União e Olho Vivo, São Paulo: Casa Amarela, 2003), além de um projeto de longa-metragem, documentário e minissérie de ficção a serem realizados por Marcos Manhães Marins.

³⁵ NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire I*. La République. Paris: Gallimard, 1984.

³⁶ O texto dessa lei está disponível em: www.leidireto.com.br/lei-11756.html; acesso em: 26 ago. 2009.

³⁷ A mesma estátua já se encontrava nos jardins do Museu da República, no Palácio do Catete, em razão de pressões da Marinha contrária à sua edificação na Praça XV, não muito longe do complexo naval. Cf: www.naval.com.br/blog/?p=1943, entre autres sources; acesso em: 26 ago. 2009.

³⁸ RICOUER, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.